

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 11/2021, em que é recorrente **Arlindo Teixeira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 46/2023

*(Autos de Amparo 11/2021, Arlindo Teixeira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas e Fixadas)*

### I. Relatório

1. O Senhor Arlindo Teixeira, não se conformando com atos alegadamente praticados pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça e depois de ter sido notificado do *Acórdão n.º 37/2021, de 7 de novembro*, do STJ que indeferiu reclamação e requerimento de suprimimento de nulidades e inconstitucionalidades que havia interposto contra o *Acórdão 29/2021* deste mesmo órgão, veio a este Tribunal Constitucional pedir amparo constitucional com base em razões que expõe através de uma peça de 153 páginas. Nesta fase do processo, pela sua extensão, remete-se diretamente para as suas conclusões, as quais, em todo o caso, fixam o objeto do recurso. Este incidiria:

#### 1.1. Quanto às condutas:

1.1.1. Sobre a restrição da publicidade da audiência e a não permissão que o arguido se pronunciasse para exercer o contraditório por violação de direito do arguido “a ser julgado em audiência pública, sem restrições inconstitucionais da publicidade da audiência de julgamento, e do contraditório antes de se tomar aquela decisão, o que gerou a nulidade do acórdão”;

1.1.2. Sobre a forma como se procedeu à apreciação da prova, dando-se factos por provados e por não-provados, pois a liberdade que se consagra não pode ser entendida como “uma licença para os juízes cometerem atos judiciais arbitrários, atos ilógicos, nada

razoáveis e inconstitucionais, deve[ndo] respeitar (i) os limites impostos pela Constituição, nomeadamente a presunção da inocência e o indubio pro reo; (ii) respeitar as regras da experiência comum, ou seja, do bom senso, da razoabilidade e da equidade; não podendo os juízes trincar as provas por forma a se chegar a conclusões absurdas ou de difícil compreensão”:

1.1.3. Em muitos casos verifica-se uma contradição insanável entre a fundamentação e a decisão, pois a prova produzida é de molde a nos conduzir a uma decisão contrária àquela que foi tomada, arrolando várias situações em que isso terá acontecido;

1.1.4. Além disso, inseriu-se um facto novo, consubstanciado no entendimento de que “o arguido é responsável por manter acesa a fúria e a agressividade do seu agressor Autelindo”, alterando-se a matéria de facto em violação do direito ao contraditório;

1.1.5. O STJ violou os direitos do arguido ao recusar-se a analisar e pronunciar-se sobre os factos dados como não-provados, em contexto no qual tal apreciação continuaria a ser necessária à boa decisão da causa, por isso deveria o Tribunal Constitucional dar por provados esses factos;

1.1.6. Mais especificamente, “após o Tribunal Constitucional ter declarado e decretado a nulidade dos atos judiciais acima referidos, tanto no que se reporta à matéria de facto dada como provada, como no que se refere à matéria de facto dada como não provada, por inconstitucionalidade, deve o Tribunal Constitucional fazer a integração dos factos provados ao Direito Constitucional Aplicável, observando e respeitando o Direito Fundamental do Arguido à Presunção da Inocência (...), de modo a reconhecer que o arguido terá agido ao abrigo do seu direito fundamental à Auto-Defesa, tal como consagrado no artigo 19º da Constituição da República, direito fundamental esse que possui densificação nas seguintes causas de exclusão da culpa e da ilicitude”: legítima defesa, estado de necessidade justificante, excesso de legítima defesa não censurável, estado de necessidade desculpante e inexigibilidade;

1.2. Dirige os seguintes pedidos ao Tribunal Constitucional:

1.2.1. Primeiro, que se “Decrete a Invalidade – Nulidade do Acórdão do STJ N° 29/2021 e do Acórdão do STJ N° 37/2021, bem como se roga a decretação da Nulidade do Acto Judicial consubstanciado na condenação do Arguido, tendo em conta que o Acto Judicial de se restringir a Publicidade da Audiência do Julgamento do Recurso Ordinário, foi praticado pelo STJ com grosseira violação do Direito Fundamental do arguido mediante Audiência Pública, previsto no N° 9 do artigo 35° da Constituição e N° 4 do artigo 211° da Constituição, cuja violação é fulminada com a invalidade – Nulidade, nos termos do N° 3 do Artigo 3° da Constituição, para além do N° 1 do Artigo 35° e alínea i) do N° 1 do Artigo 151° que também fulmina essa violação da Publicidade da Audiência com a NULIDADE INSANÁVEL”;

1.2.2. Segundo, que subsidiariamente seja “Decretada a Invalidade – Nulidade do Acórdão do STJ N° 29/2021 e do Acórdão do STJ N° 37/2021, tendo em conta que o Acto Judicial de se restringir a Publicidade da Audiência do Julgamento do Recurso Ordinário foi praticada pelo STJ com grosseira violação do Direito Fundamental do arguido exercer o Contraditório referente à restrição da Publicidade da Audiência, tal como estatuído no N° 6 do Artigo 35° da Constituição com, densificação no N° 3 do Artigo 350° do CPP – Contraditório antes de se decidir restringir a Publicidade da Audiência)”;

1.2.3. Terceiro, que se declare “como Nula, por Inconstitucionalidade, por violação do direito à presunção de inocência: xv. i. O Acto Judicial consubstanciado na recusa do STJ em dar como provado que o arguido terá caído, como consequência de tentar se defender do ataque à pedradas desferido pelo seu Agressor Arlindo Teixeira, devendo este facto ser considerado como Provado; xvi. ii. O Acto Judicial consubstanciado na recusa do STJ em dar como provado que o seu agressor Autelindo terá atirado as pedras com intenção de atingir o arguido, pese embora por estar a confundilo com o Djeck de Sabina, devendo este facto ser considerado como Provado; xvii. iii. O Acto Judicial consubstanciado na recusa do STJ em dar como provado que o seu agressor Autelindo terá mesmo confundido o arguido Arlindo Teixeira como Djeck de Sabina, devendo este facto ser considerado como Provado; xviii. iv. O Acto Judicial consubstanciado na recusa do STJ em dar como provado que a culpa pelas lesões sofridas pelo arguido é do agressor Autelindo e nunca do Alerta dado pela Testemunha Paulo Jorge, devendo este facto ser considerado como Provado; Devendo, por conseguinte, o Tribunal Constitucional declarar a Nulidade do Acórdão N° 29/2021, substituindo-o por

outro que respeite o suprarreferido Direito Fundamental do Arguido à Presunção de Inocência”;

1.2.4. Quarto, que “Por violação dos N°s 6 e 7 do Artigo 35° da Constituição, designadamente, violação do N° 6 (Direito e Garantia Fundamental ao Contraditório) e do N° 7 (Garantia contra as omissões que afectam os Direitos Fundamentais de Defesa do arguido), roga-se ao Tribunal Constitucional que Declare a Nulidade do Acórdão N° 29/202 , quando o STJ tencionou introduzir um facto novo, alterando a matéria de facto, passando a considerar que a queda do arguido ficou-se a dever não às pedradas atiradas pelo Agressor Autelindo, mas sim, pelo Alerta dado pela testemunha Paulo Jorge, o que configura ser um Acto Judicial de alteração dos factos, tal como previsto no N° 1 do Artigo 396° do CPP; xix. Roga-se, por conseguinte, ao Tribunal Constitucional que declare a Nulidade do Acórdão N° 29/2021, substituindo-o por outro que considere provado que “a queda do arguido ficou-se a dever às pedradas atiradas pelo Agressor Autelindo, devendo este facto ser considerado como Provado”;

1.2.5. Quinto, que “Por violação do Direito Fundamental à Presunção de Inocência, estatuído no N° 1 do Artigo 35° da Constituição, sobretudo na sua dimensão do Direito Fundamental ao “In Dubio Pro Reo” estatuído no N° 3 do Artigo 1° do CPP, deve o Tribunal Constitucional como Inválido – Nulo, por Inconstitucional: xx. i. O Acto judicial, vertido no Acórdão N° 29/2021, através do qual acto se deu como Provado o facto constante do Ponto 36, segundo o qual, “Entretanto, a dado momento, não determinado em concreto, mas que reporta a um momento posterior ao momento compreendido entre aquele em que o Autelindo dirigir-se ao arguido pedindo-lhe desculpas que ele não aceitou e o momento em que o Aldevino levou o Autelindo para cima da casa do Zeca com a faca/navalha que tinha empunhada na mão, o arguido dirigiu-se ao Autelindo a expressão segundo a qual no dia seguinte ele não viria o sol a nascer, como o seguinte dizer: “manhã bô que toιά sol te nêcê” (Amanhã não verás o sol a nascer). Devendo, por conseguinte, o Tribunal Constitucional declarar a Nulidade do Acórdão N° 29/2021, substituindo-o por outro que considere como Não Provado o facto constante do Ponto 36 dos factos dados como Provado o facto constante do Ponto 36 dos factos dados como Provados, em que se diz que “a dado momento, não determinado em concreto ..., ... o arguido dirigiu-se ao Autelindo a expressão segundo a qual no dia seguinte ele não

viria o sol a nascer, com o seguinte dizer: “manhã bô que toιά sol te nêcê” (Amanhã não verás o sol a nascer)”;

1.2.6. Sexto, que “Subsidiariamente, caso assim não for esse o entendido (O que só se aceita como mera hipótese, mas sem se conceder), ou seja, caso for considerado Provado o facto constante do Ponto 36 dos factos dados como Provados, em que se diz que “a dado momento, não determinado em concreto ..., ... o arguido dirigiu-se ao Autelindo a expressão segundo a qual no dia seguinte ele não viria o sol a nascer, com o seguinte dizer: “manhã bô que toιά sol te nêcê” (Amanhã não verás o sol a nascer), então, mesmo assim, roga-se ao Tribunal Constitucional que Decrete a Nulidade do Acto Judicial vertido no Acórdão N° 29/2021, por violação do Direito Fundamental à Presunção de Inocência, estatuído no N° 1 do Artigo 35° da Constituição, sobretudo na sua dimensão do Direito Fundamental ao “In Dubio Pro Reo” estatuído no N° 3 do Artigo 1° do CPP, posto que, partindo desse facto que se deu, falaciosa e inconstitucionalmente, como Provado, o STJ também deu como Provado que essa expressão supostamente proferida pelo arguido, foi proferida de modo deliberado e com a intenção de manter acesa a raiva do seu agressor, como quem t[e]m um CONTROLO REMOTO NAS MÃOS PARA CONTROLAR O SEU AGRESSOR, para lhe provocar a desferir um novo ataque a socos contra o arguido, para, em sequência do soco, o arguido poder desferir ao seu agressor o ferimento no peito, provocando a sua morte, quando, anteriormente, pelo Acórdão N° 46/2017, o mesmo STJ já havia considerado tal expressão Não como ameaça; Não como uma verbalização da sua intenção de tirar a vida do seu agressor, Mas, sim, como uma “manobra de dissuasão”, numa tentativa de ver se o seu agressor punha termo aos ataques e agressões; O que só por si é demonstrativo de que existe uma dúvida sobre a intenção do arguido ao proferir tal expressão, dúvida essa, a existir, só pode ser resolvida de modo favorável o arguido, ao abrigo do Direito Fundamental do Arguido à Presunção de Inocência, estatuído no N° 1 do Artigo 35° da Constituição, com densificação no N° 3 do artigo 1° do CPP, na sua vertente de o “In Dubio Pro Reo”;

1.2.7. Sétimo, que “Por violação do Direito Fundamental à Presunção de Inocência, estatuído no N° 1 do Artigo 35° da Constituição, sobretudo na sua dimensão do Direito Fundamental ao “In Dubio Pro Reo” estatuído no N° 3 do Artigo 1° do CPP, deve o Tribunal Constitucional declarar como Inválido – Nulo, por Inconstitucional: [o]s Actos Judiciais praticados pela Secção Criminal do STJ, e vertidos no Acórdão N°

29/2021, através do qual se deu como provados os Pontos 49, 53 e 55 dos Factos dados como Provados, por constituírem uma grosseira violação do Direito Fundamental do arguido à Presunção de Inocência, pelo que roga-se ao Tribunal Constitucional que Declare Nulo, por Inconstitucionalidade, os Actos Judiciais que consideram Provados os seguinte Factos: 49. Acto seguido, ou seja, estando ambos posicionados frontalmente, o Autelindo livre de qualquer arma e, a uma distância de mais ou menos um metro, um braço, um do outro, sem que o Autelindo tivesse esboçado qualquer gesto, com uma navalha, cujas características não foi possível apurar em concreto (...), com a mão esquerda com que empunhava a descrita navalha, o arguido espectou-a no corpo do Autelindo, atingindo-o na região debaixo da aréola mamária esquerda correspondente com punção cardíaca. 50. Em resultado da descrita agressão perpetrada pelo arguido, o Aute[l]indo Correia Andrade sofreu a lesão descrita no auto de Guia de tratamento (...) ferida incisa de 5 cm de comprimento e muito profunda de 6 cm (...).51. (...)52. (...)53. Tal instrumento foi cravado com intensidade. 54. A lesão descrita (..) determinou a morte de Autelindo Correia Andrade de modo directo e necessário. 55. O arguido quis produzir a morte do Autelindo, atent[endo??] a arma empregada, a região do seu corpo atingida, localizada por debaixo da aréola mamária esquerda, correspondente com punção cardíaca, onde aloja o órgão vital que é o coração, bem como a distância entre o arguido e o visado e a direcção em que partiu o golpe com a descrita navalha". Devendo, por conseguinte, o Tribunal Constitucional declarar a Nulidade do Acórdão N° 29/2021, substituindo-o por outro que considere como Não Provado os factos constantes dos Pontos 49, 53 e 55 dos Factos dados como Provados".

1.2.8. Oitavo, que "Por violação do Direito Fundamental à Presunção de Inocência, estatuído no N° 1 do Artigo 35° da Constituição, sobretudo na sua dimensão do Direito Fundamental ao "In Dubio Pro Reo" estatuído no N° 3 do Artigo 1° do CPP, deve o Tribunal Constitucional declarar como Inválido – Nulo, por Inconstitucional, o Acto Judicial praticado pela Secção Criminal do STJ, e vertido no Acórdão N° 29/2021, através do qual se deu como provado o suposto facto provado "O Arguido é responsável por manter acesa e agressividade do seu agressor Autelindo, na errada suposição de que o Arguido era quem tinha o CONTROLO REMOTO da situação e do comportamento agressivo do seu agressor";

1.2.9. Nono, que “[s]ubsidiariamente, caso assim não for esse o entendimento (O que só se aceita como mera hipótese, mas sem se conceder), então, que seja Decretada a Invalidade – Nulidade do Acto Judicial praticado pela Secção Criminal do STJ, e vertido no Acórdão N° 29/2021, através do qual se deu como provado o suposto facto provado “O Arguido é responsável por manter acesa e a agressividade do seu agressor Autelindo, na errada suposição de que o Arguido era quem tinha o CONTROLO REMOTO da situação e do comportamento agressivo do seu agressor, por se tratar de um Facto Novo que o STJ tencionou introduzir (introduziu) no processo, alterando a matéria de facto objecto do Processo, que nunca antes tinha sido analisado no processo, o que configura ser uma grosseira violação do Direito e Garantia Fundamental do arguido ao Contraditório, estatuído no N° 6 do artigo 35° da Constituição, e uma grosseira violação do Direito e da Garantia Fundamental do Arguido contra as omissões que afectam os Direitos Fundamentais de Defesa do arguido, estatuído no N° 7 da mesma Constituição”;

1.2.10. Décimo, que “Por violação do Direito Fundamental à Presunção de Inocência, estatuído no N° 1 do Artigo 35° da Constituição, sobretudo na sua dimensão do Direito Fundamental ao “In Dubio Pro Reo” estatuído no N° 3 do Artigo 1° do CPP, deve o Tribunal Constitucional declarar como Inválido – Nulo, por Inconstitucional, Os Actos Judiciais praticados pela Secção Criminal do STJ, e vertidos no Acórdão N° 29/2021, através do qual se considerou como Não Provado, quando resultaram efectivamente provados, portanto, devendo ser considerados como Provados, os seguintes Factos: 1) No instante anterior ( fracções de segundos) antes do Autelindo se ferir no canivete, ele terá atirado um soco contra a face do arguido que falhou parcialmente e apanhou o arguido de raspão do lado esquerdo da face; - NOTEM BEM: Este facto já ficou dado como Provado, em sede do Acórdão N° 29/2021, ora em análise, mas não se fez a adequação lógica com os demais factos, pelo que o Acórdão ficou algo ambíguo e confuso; 2) O Autelindo é responsável pela fractura do cotovelo esquerdo do arguido e pelo entorse no joelho direito, resultante da agressão feita à pedradas; - Alínea c) dado como não provado na sentença. – Provas: Todas as testemunhas referidas na fundamentação da Sentença; em conjugação com o ponto 79 dos factos dados como Provados; 3) O Autelindo desferiu um soco no lado esquerdo do rosto do arguido, que falhou em parte; - Alínea d) dado como não provado na sentença. – Provas: Todas as testemunhas referidas na fundamentação da sentença e a posição do Ministério Público vertida na Acusação; 4) O Arguido estava (é) incapacidade do braço direito; - Alínea e)

dos factos dados como Não Provados; - Provas: Testemunha Dra. Nédia, médica, em conjugação com o que ficou dito no ponto 79 dos factos dados como provados; 5) O Autelindo fez muito mais do que um gesto quando dirigiu ao arguido para desferir o terceiro ataque, tendo, inclusive, atirado um soco; - Alínea f) dado como não provado na sentença. 6) Foi o Autelindo quem foi “decair” sobre o canivete, quando falhado parcialmente o soco que deferira contra o arguido, a inércia do seu movimento acabou por provocar o ferimento do seu corpo contra a ponta do canivete; - Alínea g) dado como não provado na sentença. - Provas: Todas as testemunhas referidas na fundamentação da Sentença, em conjugação com as regras da experiência comum; 7) O arguido agiu instintivamente para se defender da agressão do Autelindo; - Alínea h) dado como não provado na sentença. - Provas: Todas as testemunhas referidas na fundamentação da Sentença; 8) O arguido não agiu livremente, nem da sua livre vontade, nem com a consciência do resultado morte, pois foi forçado a defender-se e sem tempo suficiente para elaborar mentalmente seja o que for. - EM FRACÇÕES DE SEGUNDOS COMO AFIRMARAM ALGUMAS TESTENUNHAS; - Alínea i) dado como Não Provado na sentença. - Provas: Todas as testemunhas referidas na fundamentação da Sentença”.

1.2.11. Décimo-primeiro, que “subsidiariamente, caso assim não for entendido ([o] que só como hipótese, mas sem conceder), então, que seja Decretada a Invalidade – Nulidade do Acórdão do STJ N° 29/2021, por Inconstitucionalidade, em virtude de se ter violado o Direito Fundamental do Arguido a ser julgado sem omissões processuais que afectam os seus demais Direitos Fundamentais, (omissão de pronuncia sobre factos alegados), tal como estatuído no N° 7 do Artigo 35° da Constituição”;

1.2.12. Décimo-segundo, “roga-se ainda ao Tribunal Constitucional que se pronuncie de forma a decretar a absolvição do Arguido, em virtude de que, nos termos do Direito Constitucional aplicável, só a absolvição será uma decisão conforme à Constituição, tendo em atenção o seguinte:

I. A inexistência de algum acto – acção praticado pelo arguido no sentido de matar o Autelindo, pois, ele limitou a levantar as mãos para se defender, ao abrigo do seu Direito Fundamental de se Auto-Defender, tal como disposto no Artigo 19° da Constituição, pelo que não houve ACÇÃO CRIME tal como disposto no Artigo 8° do Código Penal, devendo, portanto, o Acórdão do STJ N° 29/2021 ser Declarado Nulo, por



Inconstitucionalidade derivada da violação do Direito Fundamental do Arguido a se Auto-Defender, podendo o Tribunal Constitucional proferir um Acórdão que absolva o arguido;

II- Mesmo se por algum motivo o Tribunal Constitucional vier a considerar que houve “ACÇÃO” POR PARTE DO ARGUIDO, Resulta evidente que estão preenchidos os Requisitos da Legítima Defesa, tal como previsto no Artigo 36º do Código Penal que nada mais é do que a densificação no Código Penal do Direito Fundamental do arguido de se Auto-Defender, tal como disposto no Artigo 19º da Constituição, pelo que o Acórdão do STJ N° 29/2021 violou o aludido Direito Fundamental, sendo, portanto, Nulo por Inconstitucional, devendo ser Declarado Nulo, podendo o Tribunal Constitucional proferir um Acórdão que absolva o arguido;

III. Mesmo que o STJ vier a achar que houve algum excesso de Legítima Defesa (o que não será o caso) mesmo assim, o Acórdão do STJ deveria ter aplicado a figura de Excesso de Legítima Defesa Não Censurável, tal como previsto no Artigo 41º do CP, que nada mais é do que a Densificação do Direito Fundamental do arguido a se auto-Defender estatuído no Artigo 19º da Constituição, podendo o Tribunal Constitucional proferir um Acórdão que absolva o arguido;

IV. De igual forma verifica-se uma situação de Estado de Necessidade Justificante, tal como previsto no Artigo 38º do CP, pelo que, o acto judicial vertido no Acórdão do STJ N° 29/2021 de condenar o arguido, violou o Direito Fundamental do arguido de se Auto-Defender, tal como disposto no Artigo 19º da Constituição, visto que o Arguido foi colocado no Estado de Necessidade de Auto-Defender, pelo que o Acórdão do STJ N° 29/2021 deve ser decretado nulo, por violação do aludido Direito Fundamental de Auto-defesa, que se requer desde já, podendo o Tribunal Constitucional proferir um Acórdão que absolva o arguido;

V. Pelas mesmas razões, o Acórdão do STJ N° 29/2021 deve ser decretado nulo, por violação do aludido Direito Fundamental de Auto-Defesa estatuído no Artigo 19.º da Constituição, em virtude de não ter observado e integrado os factos provados nos Artigos 42º e 44º do Código Penal, pois, dos factos dados como provados e pelas circunstâncias concretas como o triste acidente terá acontecido, verifica-se um manifesto Estado de

Necessidade Desculpantes ou uma situação de INEXIGIBILIDADE, pois ao pobre coitado do arguido não seria exigível que agisse de outro modo, a não ser Auto-Defender-se, podendo o Tribunal Constitucional proferir um Acórdão que absolva o arguido;

VI. Resulta evidente que, no extremo, deve-se considerar que Arguido agiu ao abrigo do seu Direito Fundamental à Auto-Defesa tal como estatuído no Artigo 19º da Constituição da República, pelo que o acto judicial de condenar o arguido a 9 anos de prisão viola, grosseiramente, esse referido Direito Fundamental [de?] Auto-Defesa, devendo, portanto o Acórdão N° 20/2021 ser declarado Nulo, por inconstitucionalidade, podendo o Tribunal Constitucional proferir um Acórdão que absolva o arguido”.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito, essencialmente, nos seguintes termos:

2.1. O recurso é tempestivo, a peça cumpre as exigências formais, o requerente está coberto de legitimidade, não cabiam outros recursos ordinários e os direitos que invoca são passíveis de amparo.

2.2. Ademais, não seria evidente que não estaria em causa violações de direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo, nem que o TC tenha rejeitado por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual.

2.3. Conclui que lhe afigura que “estão preenchidos os pressupostos para admissão do presente recurso de amparo constitucional, conforme o disposto nos artigos 2º a 8º e 16º da lei do amparo”. Por isso, oferece parecer no sentido de que “o recurso de amparo constitucional interposto preenche os pressupostos de admissibilidade”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 9 de março, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do*

*direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar

essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subseqüentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para

amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão n.º 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, apesar de o recorrente ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal e indicado expressamente que se trata de um recurso de amparo, a peça se afasta bastante do previsto pela lei, sendo exageradamente extensa, desviando a atenção desta Corte para aspetos periféricos da sua argumentação e desfocando-a do essencial. Apesar disso, com auxílio das conclusões – que, no fundo, é a parte da peça do recurso que delimita o seu objeto – consegue-se identificar – independentemente de poderem proceder ou não – as condutas que o recorrente pretende impugnar, os direitos, liberdades e garantias de sua titularidade que considera terem sido violados e os amparos que pretende obter deste Pretório Constitucional.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não



deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4. Sendo assim, todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Tribunal ter, no limite, todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. No essencial, embora com grande dificuldade, consegue-se depreender as condutas que pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque parece dizer que:

3.1. As condutas que pretende impugnar, seriam:

3.1.1. A alegada restrição da publicidade da audiência do julgamento realizada pela entidade recorrida;

3.1.2. A alegada recusa de oportunidade de se pronunciar e contraditar o ato de restrição da publicidade de audiência de julgamento na entidade recorrida;

3.1.3. A determinação de factos dados como provados e não provados pelo acórdão recorrido, que enumera individual e exaustivamente, e que terão conduzido à conclusão do órgão judicial recorrido no sentido de que ele não atuou a coberto de uma causa de exclusão da ilicitude (legítima defesa ou estado de necessidade) ou de culpa (excesso de legítima defesa não censurável ou estado de necessidade desculpante), disso decorrendo a confirmação da sua condenação por crime de homicídio simples.

3.1.4. A alegada introdução de facto novo pelo acórdão impugnado de acordo com o qual o recorrente terá caído não por causa das pedradas atiradas pela vítima, mas sim por causa do alerta dado pela testemunha Paulo Jorge;

3.1.5. A alegada introdução de facto novo pelo acórdão impugnado de acordo com o qual o arguido seria o responsável por manter acesa a fúria e agressividade do seu agressor, na suposição de que era o arguido quem tinha o controlo remoto da situação e do comportamento agressivo do seu agressor; e

3.1.6. O facto de que o recorrente teria sido julgado com omissões processuais; as quais teriam,

3.2. Violado os seus direitos de ser julgado mediante audiência pública, contraditório, presunção da inocência, *in dubio pro reo* e de autodefesa.

3.3. Daí se justificando, na sua opinião, que tais direitos sejam amparados, declarando-se a nulidade dos acórdãos 29/2021 e 37/2021, do ato de restrição da publicidade da audiência e do alegado ato de não lhe ter sido dada oportunidade de exercer o contraditório e que se considere determinados factos não provados e outros como provados, resultando numa decisão que o absolva do crime de que foi acusado.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogue ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pelas condutas impugnadas, já que condenado em processo crime a nove anos de prisão, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que, na opinião do recorrente, terá praticado o ato ao qual ele imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão nº 29/2021, de 3 de junho*,

*António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, tendo o recorrente sido notificado do *Acórdão STJ 37/2021, de 7 de abril*, que apreciou o seu pedido de reparação, no dia 8 do mesmo mês, como se pode comprovar pela certidão que se encontra a fls. 253 dos autos de recurso de amparo; e

4.3.2. Ocorrendo a entrada da peça de recurso no dia 28 desse mês e ano, não há qualquer dúvida de que foi protocolado oportunamente.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevralgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão nº 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2.,

*Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão nº 29/2019 e Acórdão nº 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, as condutas impugnadas, conforme já recortadas seriam:

5.1.1. A alegada restrição da publicidade da audiência do julgamento realizada pela entidade recorrida;

5.1.2. A alegada recusa de oportunidade de se pronunciar e contraditar o ato de restrição da publicidade de audiência de julgamento na entidade recorrida;

5.1.3. A determinação de factos dados como provados e não provados pelo acórdão recorrido, que enumera individual e exaustivamente, e que terão conduzido à conclusão do órgão judicial recorrido no sentido de que ele não atuou a coberto de uma

causa de exclusão da ilicitude (legítima defesa ou estado de necessidade) ou de culpa (excesso de legítima defesa não censurável ou estado de necessidade desculpante), da qual resultou a sua confirmação da sua condenação.

5.1.4. A alegada introdução de facto novo pelo acórdão impugnado de acordo com o qual o recorrente terá caído não por causa das pedradas atiradas pela vítima, mas sim por causa do alerta dado pela testemunha Paulo Jorge;

5.1.5. A alegada introdução de facto novo pelo acórdão impugnado de acordo com o qual o arguido seria o responsável por manter acesa a fúria e agressividade do seu agressor, na suposição de que era o arguido quem tinha o controlo remoto da situação e do comportamento agressivo do seu agressor; e

5.1.6. A alegada omissão de pronúncia do órgão judicial recorrido sobre factos dados como não provados que configuraria omissão processual;

5.1.7. Através da sua peça o recorrente impugna individualmente a atuação do órgão judicial recorrido em relação a vários factos que deu como provados e outros que deu por não-provados para, a partir dessa premissa, pedir ao Tribunal Constitucional que considere aqueles que conduziram à sua absolvição, como se estivesse a recorrer para um super-supremo habilitado a proceder à revista plena dos factos dados por provados e por não-provados pelos tribunais judiciais – de julgamento, de apelação ou de revista – procedendo eventualmente, como se aparentemente se sugere, a novas diligências de prova. Contudo, não parece que o Tribunal possa fazê-lo nesses termos. Destarte, não avalia cada facto dado por provado ou não provado pelas instâncias judiciais, mas tão somente utiliza um escrutínio lasso de carácter negativo que tem consagrado (*Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5.3; o *Acórdão nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; o *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da*

*garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; no *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2, e no *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, 4) no sentido de verificar se a valorização da prova que esses tribunais fizeram a fim de fundamentar a responsabilidade criminal do arguido seria ilógica ou irracional, nomeadamente porque em tese o afastamento das causas de exclusão da ilicitude ou da culpa seria arbitrário. Isso depende de uma avaliação global das provas autuadas e não de um juízo casuístico de reavaliação individual de todas as provas para se dar por provados ou não-provados os diversos factos que integram o fatídico evento que conduziu ao seu julgamento.

5.1.8. Neste sentido, o Tribunal considerará para efeitos de juízo de admissibilidade as seguintes condutas: a alegada restrição da publicidade da audiência de julgamento na entidade recorrida; a alegada recusa de oportunidade de se pronunciar e contraditar o ato de restrição da publicidade de audiência de julgamento na entidade recorrida; a racionalidade e lógica dos factos dados como provados e não provados, no sentido de se averiguar se a condenação do recorrente foi arbitrária, precisamente porque levariam à inevitável conclusão de que ele terá atuado sob uma causa de exclusão da ilicitude (legítima defesa ou estado de necessidade) ou de culpa (excesso de legítima defesa não censurável ou estado de necessidade desculpante). O que conduz à cumulação numa só conduta dos factos descritos nos pedidos 3, 5, 6, 7, 8, 10 e 12 da petição de amparo; a alegada introdução de facto novo pelo órgão recorrido de acordo com o qual o recorrente terá caído não por causa das pedradas atiradas pela vítima, mas sim por causa do alerta dado pela testemunha Paulo Jorge; a alegada introdução de facto novo de acordo com o qual o arguido seria o responsável por manter acesa a fúria e agressividade do seu agressor, na suposição de que era o arguido quem tinha o controlo remoto da situação e do comportamento agressivo do seu agressor e a putativa omissão de pronúncia sobre certos factos dados por não provados.

5.2. Dando-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso concreto, o recorrente invoca os direitos de ser julgado mediante audiência pública, contraditório, presunção da inocência na dimensão de *in dubio pro reo* e de autodefesa, todos amparáveis, por serem direitos, liberdades e garantias e um direito de autotutela análogo aos mesmos.

6.1.1. Assim, dúvidas não persistirão de que são direitos e garantias fundamentais amparáveis.

6.1.2. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, seja pela sua natureza intrínseca de garantias associadas ao direito à liberdade sobre o corpo, ou de direito análogo de autotutela.

6.1.3. Assim, dúvidas não persistirão de que são, respetivamente, verdadeiras garantias fundamentais ou direitos análogos amparáveis.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Neste caso concreto, trata-se de condutas que, em abstrato, podem ter sido praticadas pelo órgão judicial recorrido.

6.2.2. Deste modo, não haverá dúvidas que elas sejam amparáveis na medida em direta, imediata e necessariamente passíveis de, hipoteticamente, terem sido perpetradas por esse Alto Pretório.

7. Se um pedido de amparo de declaração de nulidade dos Acórdãos 29/2021 e 37/2021 e do ato de restrição da publicidade da audiência contraditório e consideração de determinados factos é congruente com o previsto pelos artigos dos artigos 24 e 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* e da prática deste Tribunal Constitucional, já as pretensões que parecem se ancorar numa premissa de que este Coletivo estaria autorizado a substituir-se imediatamente ao órgão judicial recorrido assumindo uma judicatura ordinária de natureza penal para efeitos de dar factos por provados ou não provados ou para se pronunciar de forma a decretar a absolvição do arguido estão longe da abordagem que a lei lhe autoriza a assumir. Ademais, ainda que possa declarar nulo o ato recorrido, não lhe cabe substituir-se de imediato os tribunais judiciais, os quais terão sempre a possibilidade de conformarem a sua decisão ao sentido das orientações adotadas em relação à interpretação dos direitos, liberdades e garantias em causa, se necessário repetindo e reparando atos que forem considerados lesivos de posições jurídicas fundamentais deles decorrentes.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Neste caso, no geral, as questões foram suscitadas no processo logo que o recorrente foi tomando conhecimento delas.

8.1.2. A maior parte das que terão sido praticadas originariamente pelo tribunal recorrido foram alvo de denúncia no momento, mas duas delas suscitam alguma dúvida.



8.1.3. É o caso da restrição de publicidade da audiência de julgamento promovida pelo despacho ditado para a ata, pois desta não consta que, independentemente da sua vontade, tenha colocado essa questão ao Tribunal, o mesmo ocorrendo com a alegação de que foi impedido de a colocar perante esse mesmo órgão judicial.

8.1.4. Portanto, pelos elementos autuados – os únicos que o tribunal pode considerar – estas duas condutas não foram, em si, suscitadas logo que o titular do direito teve delas conhecimento.

8.1.5. Pela razão de que a ata simplesmente atesta que se adotou o despacho e que o recorrente suscitou incidente de suspeição do juiz que presidia a sessão, não constando qualquer informação adicional a respeito. Se é verdade que o recorrente deduziu incidente de falsidade da ata fê-lo somente em relação à alegada omissão a referência de que um diplomata francês terá assistido ao julgamento, mas não impugnou o relato do ocorrido durante o julgamento, nomeadamente para se a retificar no sentido de se introduzir informação de que tentou suscitar a questão da restrição de audiência pública e que foi impedido pelo juiz que presidia à audiência.

8.1.6. É somente pelo facto de o recorrente ter levado a questão da restrição de publicidade da audiência através da reclamação pós-decisória, alegando que conduziria a uma nulidade insanável e pelo facto de o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça ter adotado o entendimento de que se trataria de mera irregularidade que ainda se poderá discutir a questão de se saber se o facto de se ter restringido a publicidade da audiência convalida-se com a sua não suscitação tempestiva ou se, como entende o recorrente, seria uma nulidade insuprível, a qual poderia ser suscitada a todo o tempo, perante o órgão judicial recorrido.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ela pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, neste caso por

motivos evidentes, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, este possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, tendo em conta que o recorrente reclamou do *Acórdão 29/2021 do STJ*, arguindo a sua nulidade perante o órgão judicial que o proferiu impugnando a maior parte das condutas que trouxe a esta Corte Constitucional, resulta evidente que estando aquele órgão no topo da hierarquia dos tribunais judiciais, não haveria mais nenhum meio legal de defesa dos seus direitos, pelo que o pressuposto está preenchido.

8.2.3. Dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão nº 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto para haver esgotamento das vias ordinárias de

recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.2.5. Neste caso concreto, houve pedido de reparação, de várias das condutas impugnadas na própria peça de interposição do recurso, e no pedido de reclamação, das praticadas originariamente pelo órgão recorrido, neste requerimento, com a exceção do alegado impedimento de o recorrente suscitar a questão da restrição de publicidade de audiência, em relação à qual não parece que tenha especificamente colocado a questão ao Supremo Tribunal de Justiça no pedido pós-decisório que lhe decidiu e muito menos que este o tenha considerado e apreciado. O que se desafiou nessa sede foi a restrição de audiência em si e não propriamente o facto de não ter sido permitido ao arguido suscitar a questão durante a audiência. Assim sendo, esta conduta específica – que já não lograria ultrapassar a barreira da tempestividade da suscitação da violação – também não preenche o pressuposto do pedido de reparação.

8.2.6. Como o Tribunal tem entendido, do ponto de vista legal, a reparação pode tanto ser pedida através de um requerimento autónomo, como poderá integrar qualquer meio processual ordinário ou incidente pós-decisório idóneo a garantir a proteção do

direito em causa. Por conseguinte, considera-se que, com as observações feitas, houve um pedido de reparação em relação às demais condutas, o que permitiu ao órgão judicial recorrido apreciar a possível vulneração de posição jurídica essencial.

9. Sendo assim, dá-se por preenchidas todas as condições de admissibilidade analisadas em relação às condutas fixadas e não afastadas pelo Tribunal, o que não significa que se tenha de admitir o recurso. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão nº 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado.

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido.

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão nº 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado

no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão nº 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, pp.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683).

9.1.4. Já no *Acórdão nº 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão nº 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro

de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia.

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornado inócuo qualquer juízo subsequente.

9.1.6. Neste caso concreto, em relação à conduta do Supremo Tribunal de Justiça de considerar que a não suscitação tempestiva de questão referente à restrição de publicidade conduziria à convalidação do vício não haveria razões para a considerar de pronto como inviável.

9.1.7. Embora dúvidas existem em relação à forte probabilidade de êxito das impugnações referentes à inserção de factos novos no processo, posto poder também se tratar de mera inovação hermenêutica, e sobre a alegação de omissão de pronúncia em relação a factos dados como não provados, o Tribunal Constitucional prefere não usar o seu poder discricionário de não as admitir para que possa com maior tempo e imersão nos autos avaliar a procedência das alegações de facto e de direito do recorrente;

9.1.8. No que diz respeito à extensa lista de impugnações sobre factos dados por provados e factos dados como não-provados, como já se tinha adiantado, no âmbito dos poderes e do papel do Tribunal Constitucional em relação à sindicância da forma como foram produzidas e valoradas as provas pelo tribunal de julgamento e pelo tribunal de recurso para condenar arguido só podem conduzir a escrutínio tendente a determinar se a decisão a que se chegou foi arbitrária por ser ilógica, contraditória, irracional ou insuscetível de ser justificada com base nos elementos autuados, sem que a Corte Constitucional possa assumir qualquer papel de substituição ou de julgamento criminal. De forma perfunctória, embora o Tribunal tenha bastante jurisprudência a respeito da

garantia da presunção da inocência, não se conseguindo afastar de pronto a possibilidade de ter havido uma apreciação arbitrária da prova, como alega o recorrente, que parece adequado proceder à análise de mérito para se verificar a justiça das suas pretensões.

9.2. O que também é reforçado em razão da segunda causa, que, dependendo de redação segundo a qual “o recurso não será admitido quando (...) o Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual” permite utilizar a jurisprudência do Tribunal para, ainda na fase de admissibilidade, antecipar uma decisão conforme, poupando o Coletivo de ter de admitir um recurso à partida fadado a não obter provimento.

9.2.1. Também a este respeito o Tribunal Constitucional já havia travado algum debate no âmbito dos *Autos de Recurso de Amparo 6/2016*, o qual conduziu à adoção do *Acórdão 3/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, 27 de fevereiro de 2017, pp. 266-271, e a um voto vencido do JC Pina Delgado.

9.2.2. A que se seguiu a prolação do *Acórdão nº 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), em que se recorreu por unanimidade à alínea f) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* para não se admitir um recurso de amparo, remetendo a decisões de mérito em que se rejeitou, por decisão transitada em julgado, recursos com objeto substancialmente igual.

9.2.3. Do que decorre que em situação nas quais exista jurisprudência sedimentada do Tribunal Constitucional em relação a uma determinada matéria e ocorrendo interposição de recurso de amparo com objeto substancialmente igual considerando o pedido e a causa de pedir, seria legítimo a esta Corte não-admitir o recurso com fundamento na inutilidade da admissão do recurso de amparo por força da existência de orientações firmes e assentadas já manifestadas em outros acórdãos de mérito.

9.2.4. É o que acontece neste caso em que se pede a concessão de amparo de nulidade de uma decisão de um tribunal judicial por violação do princípio do *in dubio pro reo* por se ter feito uma qualificação incorreta dos factos e determinado uma pena inadequada sem que se demonstre a arbitrariedade dessa decisão, uma circunstância que

permitira que o Tribunal Constitucional invocasse a sua longa lista de decisões em que recusou-se a conceder amparo pelo facto de não se poder atribuir ao tribunal recorrido uma atuação arbitrária na valoração da prova. Nomeadamente o *Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5.3; o *Acórdão nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; o *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; no *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2, e no *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, 4).

9.2.5. Especialmente o *Acórdão nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, 4, que apesar de também suscitar questão de incorreta qualificação dos factos, teve aplicado o mesmo *standard of review* baseado na doutrina do controlo lasso de cariz negativo do Tribunal, conducente à não-determinação de violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*.

9.2.6. Sendo certo que o Tribunal Constitucional pode sempre recorrer ao seu acervo jurisprudencial (*Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, 5.3; *Acórdão nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão*



*de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, 4; *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, 5; o *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, 2, e no *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de prisão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, 4, *Acórdão 18/2023, de 1 de março, Gailson Gonçalves v. STJ, Inadmissão por Manifesta Inviabilidade do Recurso de Amparo e por Rejeição de Recurso com Objeto Substancialmente Igual*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, de 29 de março de 2023, pp. 824-831, 9; *Acórdão 21/2023, de 8 de março, João Pedro Macedo v. STJ, Inadmissão por Manifesta Inviabilidade do Recurso de Amparo e por Rejeição de Recurso com Objeto Substancialmente Igual*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, de 29 de março de 2023, pp. 840-846, 9), os meandros destes casos têm particularidades e dependem da análise de uma pluralidade de peças em que se discutiu a produção e valoração de provas que os juízes deste Coletivo entendem, que não seria neste caso específico prudente utilizar-se a alínea f) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* para trazer a decisão para esta fase.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem admitir a trâmite:

- a) O ato atribuído ao órgão judicial recorrido de, através do *Acórdão 37/2021, de 7 de abril*, ter considerado que a restrição de publicidade de audiência de julgamento do recorrente, a ter ocorrido, pelo facto de não ter sido tempestivamente suscitada durante o julgamento, convalidaria o vício que eventualmente portasse;
- b) O ato atribuído ao tribunal recorrido de, através do *Acórdão 29/2021, de 23 de março*, ter confirmado condenação do recorrente pela prática de crime de homicídio simples, não obstante de haver alegadamente razões para crer que ele

havia atuado a coberto de uma causa de exclusão da ilicitude (legítima defesa ou estado de necessidade) ou de culpa (excesso de legítima defesa não censurável ou estado de necessidade desculpante);

- c) O ato atribuído ao tribunal recorrido de, através do *Acórdão 29/2021, de 23 de março*, ter alegadamente introduzido factos novos que não haviam sido dados por provados, nomeadamente considerando que o recorrente terá caído não por causa das pedradas atiradas pela vítima, mas sim por causa do alerta dado pela testemunha Paulo Jorge, e que o arguido seria o responsável por manter acesa a fúria e agressividade do seu agressor, na suposição de que era o arguido quem tinha o controlo remoto da situação e do comportamento agressivo do seu agressor; e
- d) O facto de o tribunal recorrido alegadamente não ter, através do *Acórdão 29/2021, de 23 de março*, se pronunciado sobre certos factos alegados pelo arguido.

Registe, notifique e publique.

Praia, 4 de abril de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 4 de abril de 2023.

O Secretário,

*João Borges*